

ECO

CESSAR FOGO AGORA

eco@climateactionnetwork.org • www.climateactionnetwork.org/eco-newsletter • 9 de dezembro de 2023

O ECO foi publicado por grupos ambientais não governamentais na maioria das conferências internacionais desde a Conferência Ambiental de Estocolmo em 1972. O ECO é produzido cooperativamente pela Rede de Ação Climática nas reuniões da UNFCCC em Dubai durante as reuniões da COP 28.

Editorial: Andrés Fuentes Produção: Verity Martin

Negociações sobre o clima ou Jamboree sobre o comércio de combustíveis fósseis Como acertar na próxima vez

À medida que a segunda semana deste jamboree da COP se aproxima, uma coisa é clara: é hora de pensar em como fazer com que os países anfitriões e as presidências da COP (e não, nem sempre são os mesmos) façam o que o Acordo de Paris os obriga a fazer: respeitar plenamente os direitos humanos e garantir um espaço cívico aberto e transparente.

Embora a Declaração Universal dos Direitos Humanos exista há 75 anos, algumas Presidências aparentemente precisavam de um lembrete: em Junho, a CQNUAC reiterou que as suas reuniões deveriam ser convocadas num local onde os direitos humanos e as liberdades fundamentais sejam promovidos e protegidos. Uma regra muito básica é disponibilizar publicamente o acordo do país anfitrião (HCA) para COPs. O ECO procurou e procurou o da COP28, desde os cantos da B6 até à cave da B1: não o encontra em lado nenhum. A UNFCCC diz ao ECO que pode ser solicitado ao sistema do Tratado da ONU, mas não como isso pode ser feito. É como tentar encontrar o B7 sem uma estrada de tijolos amarelos.

Todos já sabemos que não pode haver justiça climática sem direitos humanos, e simplesmente não podemos ter Presidências da COP por aí a violar os direitos humanos básicos. Então, o que precisamos para que a próxima COP recupere a confiança no processo e garanta a ação climática de que necessitamos? A ECO tem algumas ideias (pode parecer muito, mas, ei, vocês nos deram mais de 30 anos para pensar sobre isso).

Examinar o histórico de direitos humanos dos candidatos à Presidência. Se

Se as liberdades de expressão, associação e reunião pacífica não forem respeitadas, as Partes não terão outra escolha senão pressionar por reformas significativas e duradouras. Os observadores não deveriam ter medo de não comparecer ou de autocensura enquanto estiverem no país, temendo por suas vidas e segurança, inclusive quando voltarem para casa.

Reduza o COP. Este jamboree anual é realmente necessário?

O ECO preocupa-se mais com o que se passa nas salas de negociação do que com quantos barris de petróleo podem ser vendidos ou com dólares angariados para investimento em distrações perigosas. COPs mais pequenas significam que mais países podem dar-se ao luxo de acolher – afinal, os países devem investir na mitigação, adaptação e desenvolvimento sustentável, em vez de garantir que milhares de delegados do exterior possam regressar a casa com um belo saco de brindes da COP.

Implementar uma política de conflito de interesses. O ECO acolheu favoravelmente os novos requisitos de transparência da UNFCCC - eles certamente tornaram muito mais fácil a contagem dos quase 2.500 lobistas dos combustíveis fósseis na COP28 - mas é necessário mais para realmente expulsar os grandes poluidores. Você permitiria que as empresas de tabaco entrassem em negociações para acabar com o tabagismo? Precisamos de uma definição clara, inclusive para os funcionários eleitos da CQNUMC, e de um quadro robusto para o envolvimento com um forte mecanismo de responsabilização por trás de uma porta fechada. As violações devem ter consequências.

Expulse o dinheiro dos poluidores.

Nenhuma COP deveria ser patrocinada por combustíveis fósseis

empresas de combustíveis - seja directamente ou através de outras formas de subsídios directos ou indirectos, tais como parcerias público-privadas, ou empréstimos de pessoas através de destacamentos de pessoal e contratos de consultoria para qualquer uma das partes ou para países anfitriões.

Publique o ACS. Não o esconda atrás de algum sistema labiríntico que mina a vontade de viver de qualquer um que tente navegar nele. Se um país anfitrião respeita verdadeiramente as suas obrigações em matéria de direitos humanos, então o que tem a esconder? O ECO gostaria de ver todos, por favor.

Tornar as COP acessíveis a todos.

Sociedade civil, Povos Indígenas, jovens e idosos, pessoas com deficiência, de todas as orientações sexuais e identidades de género: todos devem ter igualdade de acesso. Desde requisitos de acessibilidade até alimentação acessível, hotéis e apoio para questões de visto, tudo isso deve estar na lista básica de tarefas de qualquer anfitrião. Os países anfitriões têm a obrigação de acolher todos os que desejam participar – e isso significa que um curso de competências de escuta activa pode ser adequado, bem como um compromisso firme de respeito pelos direitos humanos. Ah, e um último ponto: da próxima vez que você convidar 70.000 pessoas para uma festa, talvez valha a pena verificar o tamanho da pista de dança. Espaço suficiente para sentar nas salas de negociação é crucial para uma participação significativa. Uma presença marcada torna-se uma presença. A transparência não pode ser escondida opaco na frente da transparência.

“Atrasos de grande sucesso: os 50 anos da Arábia Saudita Saga Cinematográfica de Obstrução”

O ECO, como um bibliotecário experiente com estantes de histórias sobre o clima, lembra-se de tudo desde a sua estreia em 1972 e a estreia repleta de estrelas da UNFCCC na conferência do Rio de 1992. Nesta longa saga, o Reino da Arábia Saudita (KSA) tem sido frequentemente apontado como o agressor, famoso por tecer redes de desinformação, bloquear o caminho para o progresso climático e defender a utilização irrestrita de combustíveis fósseis, especialmente o petróleo. Detendo 20% das reservas mundiais de petróleo, o papel da Arábia Saudita era semelhante ao de um dragão que acumula o seu tesouro, com a sua utilização ameaçando o nosso orçamento colectivo de carbono para a meta de 1,5°C.

Avançando para 2019, na COP em Madrid, o cenário estava preparado para um momento culminante com o relatório inovador de 1,5°C do IPCC.

No entanto, a Arábia Saudita, sempre céptica, rejeitou este guião científico crítico como um mero “acordo de cavalheiros”, minando os seus alicerces nas negociações climáticas.

Com um histórico de amplificação das emissões de CO₂ de 10 para 18 toneladas per capita entre 1998 e 2022, a posição da KSA tem sido contínua

desafio ao coro do consenso científico – uma narrativa que a ECO documentou diligentemente ao longo das décadas.

Hoje, a Arábia Saudita opõe-se a qualquer linguagem sobre a eliminação ou redução progressiva dos combustíveis fósseis e não está entre os 123 países que apoiam a triplicação da capacidade de energia renovável e a duplicação da eficiência energética até 2030 em todo o mundo.

A Arábia Saudita, vestindo o traje de líder do grupo árabe, encontra-se num papel que pode roubar a cena ou fechar a cortina da ambiciosa conspiração dos Emirados Árabes Unidos. Apoiado pela Agência Internacional de Energia (AIE), o objectivo claro e simples dos EAU envolve uma reviravolta dramática - a redução progressiva dos combustíveis fósseis em linha com a meta de 1,5°C nesta década. É como escolher entre seguir um clássico antigo ou abraçar um novo sucesso de bilheteria.

Agora imagine as nações árabes como o público, cada uma com um pote de pipocas de possibilidades. Eles estão numa encruzilhada: seguir o exemplo dos Emirados Árabes Unidos, o que é o mesmo que optar por uma experiência 3D IMAX, ou deixar a Arábia Saudita continuar exibindo os filmes em preto e branco.

Essa escolha não envolve apenas sucessos de bilheteria; trata-se de seus próprios quintais. Muitos países árabes, como actores prontos para uma mudança de papel, têm potencial para passar do drama dos combustíveis fósseis para uma comédia romântica sobre energias renováveis, oferecendo segurança energética e um final feliz para a região e para o mundo.

Mas aqui está o momento de angústia: continuará a Arábia Saudita a desempenhar o papel de antagonista do sonho ambicioso, ou irá juntar-se ao elenco principal num compromisso de eliminação progressiva dos combustíveis fósseis até meados do século? Isto é crucial porque o mundo árabe não está apenas a assistir a este espetáculo; eles fazem parte disso. As suas comunidades estão na linha da frente das alterações climáticas, vulneráveis às suas

Esta COP pode ser o final da temporada em que a região MENA decide mudar o roteiro. É uma oportunidade para os países árabes se colocarem no lugar inovador dos EAU, estabelecendo uma grande ambição que poderá tornar este episódio um sucesso histórico - não apenas para a região, mas para o público global. Trata-se de fazer uma escolha que poderá transformar uma tragédia climática numa história de sucesso.

Prenda a respiração para o Artigo 6!

Aqui está um exercício divertido para todos experimentarem hoje: tente respirar extremamente rápido por 1 minuto, como se tivesse que absorver todo o oxigênio necessário pelos próximos 5 minutos, e depois pare de respirar completamente pelos 5 minutos restantes. IR!

Funcionou? Provavelmente não... A ECO chama-lhe técnica de respiração “grama-minuto”, uma medida inovadora da ingestão de oxigênio. É inspirado no método de contabilização “tonelada-ano” que algumas Partes estão a tentar trazer de volta ao abrigo do Artigo 6, e que tenta medir os benefícios do armazenamento de carbono a curto prazo.

A alegação é que armazenar 300tCO₂ por 1 ano seria considerado equivalente a armazenar 1tCO₂e por 300 anos.

Se a técnica de respiração do ECO está fazendo você sufocar,

você pode se identificar com a forma como o planeta se sente em relação à contabilização de toneladas-ano.

“Isso é bobagem”, você diz? O ECO concorda. Ou melhor, não é científico. Houve vários relatórios sobre as deficiências da contabilização de toneladas-ano, bem como submissões detalhadas ao Órgão de Supervisão 6.4, o que levou o CG a reservar “toneladas-ano”. Alguns países apelam agora ao seu regresso – o ECO acha que deveria ficar onde o OE o deixou.

(Não tente fazer isso em casa! As tentativas de realizar o exercício respiratório de gramas por minuto são por sua conta e risco. O ECO não aceita qualquer responsabilidade por delegados que desmaiem no processo de tentar isso para provar o seu ponto de vista.)



KEEP UP WITH DUBAI FROM
YOUR SMARTPHONE!

Faça melhor, faça mais rápido!

A ECO tem novidades emocionantes para você. Sabemos que todos aguardavam impientemente os resultados do Índice de Desempenho em Mudanças Climáticas (CCPI) deste ano, um instrumento que permite a transparência na política climática nacional e internacional, e finalmente chegou! Na sua 19ª edição, o CCPI avalia o desempenho em matéria de mitigação climática de 63 países e da UE, cobrindo mais de 90% das emissões globais de GEE. Mais de 450 especialistas em clima avaliaram as políticas climáticas destes países.

O ECO fica chocado ao informar que depois de todo este tempo nenhum dos países está a fazer o suficiente para prevenir alterações climáticas perigosas! As classificações dos 'três primeiros' continuam a permanecer

vazio este ano.

Não é por acaso que a maioria dos países com baixo desempenho dependem fortemente dos combustíveis fósseis, tanto para a produção como para a utilização. Arábia Saudita (67º e último lugar) – estamos especialmente atentos a você! E Canadá (62º), Japão (58º), EUA (57º) e Austrália (50º) – não pense que estamos esquecendo de você. Aqui vai uma dica ECO exclusiva: se você quer subir no ranking, é hora de eliminar gradualmente os combustíveis fósseis! Os combustíveis fósseis são ruins para o clima e para a sua classificação no CCPI.

Um passo crucial e concreto nesta COP28 seria a decisão do GST apelar a uma eliminação progressiva rápida, completa, justa e financiada de todos os combustíveis fósseis.

O ECO pretende ver um declínio de pelo menos 40% a 45% do consumo e produção de todos os combustíveis fósseis até 2030, em linha com trajetórias abaixo de 1,5°C, com os países desenvolvidos a assumirem a liderança e a fornecerem financiamento. Todos sabemos que o GST influenciará a nova ronda de NDC e, a propósito, a qualidade dos NDC é crucial para a avaliação nas próximas CCPI. Que grande oportunidade de ser recompensado com uma classificação melhor!

É tão simples quanto isto: se você fizer mais, terá uma classificação mais elevada. Parabéns à Dinamarca (4º lugar), Estónia (5º), Filipinas (6º) e Índia (7º). Mas não descance sobre os louros – os três primeiros lugares ainda são gratuitos por uma razão!

Ouçã o Presidente do Quênia: Enorme Aumento em reembolsos de dívidas

“Como resultado do aumento das taxas de juro, os pagamentos da dívida de África aumentarão para 62 mil milhões de dólares este ano, um aumento de 35 por cento em relação a 2022.” Esta observação surpreendente do Presidente do Quênia, William Ruto, na Cimeira do Clima em África, em Nairobi, chamou a atenção para as inibições evidentemente óbvias na capacidade dos países de se adaptarem às alterações climáticas devido aos encargos financeiros.

“Se você não resolver a questão da dívida, não poderá resolver a questão climática”, continuou Ruto.

Preocupações semelhantes

foram expressas na COP28 durante o Diálogo Ministerial de Alto Nível e declaradas pelos negociadores dos países em desenvolvimento no Comité Permanente para Finanças, Financiamento a Longo Prazo e Novos Objectivos Colectivos Quantificados (NCQG).

Num relatório recente da OCDE, o ECO concluiu que os empréstimos representavam mais de dois terços do financiamento público climático em 2021, enquanto as subvenções representavam menos de 30 por cento (20,1 mil milhões de dólares). De acordo com o Relatório Sombra da Oxfam, 31 por cento do financiamento climático foi concedido sob a forma de empréstimos concessionais e até 42 por cento foram empréstimos não concessionais em 2019-2020. Tal como um empréstimo à habitação, os empréstimos climáticos devem ser reembolsados com taxas de juro. Contando o valor nominal total dos empréstimos como



inflaciona grosseiramente as contribuições para os prometidos 100 mil milhões de dólares, um precedente que o ECO considera enganador.

Os aumentos significativos das taxas de juro nos mercados de capitais globais implicam reembolsos mais elevados e novos aumentos da dívida pública. Depois de dez anos com taxas de juro próximas de zero, os empréstimos climáticos não concessionais reflectem o súbito aumento da taxa de juro da Reserva Federal dos EUA para cinco por cento em resposta à inflação elevada. Confrontados com opções limitadas, os requerentes de empréstimos devem escolher entre alterações climáticas adversas ou concordar com o pagamento de juros exorbitantes. Atualmente, o Banco Mundial emite empréstimos flexíveis de 20 anos do BIRD com taxas de juros de quase sete por cento – o equivalente a fazer os mutuários suarem financiamento climático, portanto

fazer reembolsos totais a um nível cerca de 40% superior aos prazos dos últimos dez anos!

Tomar medidas climáticas transformadoras e, ao mesmo tempo, gerir as despesas públicas com a educação, os sectores sociais, a saúde e muito mais, será ainda mais difícil face ao aumento das taxas de juro.

Novos países irão certamente juntar-se aos 38 países já em situação de sobreendividamento ou em alto risco. Em vez disso, o ECO sugere prescrever “medicina preventiva” para limitar ou mesmo evitar empréstimos não

concessionais emitidos com taxas de juro aumentadas nos mercados de capitais. Certamente é injusto que os pobres e vulneráveis nos países menos desenvolvidos, que contribuíram com emissões negligenciáveis, sejam agora solicitados a reembolsar o dinheiro gasto na adaptação e na resiliência com taxas de juro predatórias.

O ECO faz eco aos ministros dos países em desenvolvimento: precisamos de um aumento real nos recursos públicos baseados em subvenções para adaptação e resiliência. Imploramos aos países desenvolvidos que cumpram o acordo para duplicar o financiamento da adaptação. Se o financiamento da adaptação continuar insuficiente, a integridade do NCQG atualmente negociado prejudicará a finalização de qualquer acordo na COP29 do próximo ano!



Não há justiça climática sem direitos humanos. Fóssil do Dia é concedido a Israel

Primeiro vice-campeão - Rússia

A Rússia parece estar perdida... ou pelo menos confusa sobre a razão pela qual estamos todos no Dubai, uma vez que continua a fechar acordos sobre combustíveis fósseis em vez de fazer compromissos climáticos significativos. Enquanto o mundo se concentra nas negociações climáticas, Putin mostrou a sua cara nos Emirados Árabes Unidos pelas razões erradas; para discutir novos acordos petrolíferos com os Emirados Árabes Unidos e a Arábia Saudita. Convenientemente para ele, não estamos num dos 100 países que reconhecem o mandato de detenção emitido pelo Tribunal Penal Internacional.

A Rússia é conhecida pelos seus talentosos jogadores de xadrez, mas, convenhamos, Putin não é nenhum Anatoly Karpov. Num país onde quase metade do orçamento federal provém de receitas geradas pelos combustíveis fósseis, com 40% alocados para financiar a guerra na Ucrânia e outros conflitos armados em todo o mundo, ele está a utilizar os combustíveis fósseis como peça-chave no jogo geopolítico, militarizando o seu abastecimento com consequências terríveis para o clima.

A oposição da Rússia à eliminação progressiva da linguagem na COP28 é motivada por um impulso egoísta de lucro à custa das pessoas e do clima. O seu exame minucioso da meta de triplicar as energias renováveis prejudica ainda mais as negociações. Não é assim que se executa o Gambito da Dama.

Portanto, a Rússia foi galardoada com o Fóssil do Dia por se esforçar mais na exportação de combustíveis fósseis do que no apoio a soluções climáticas. É hora de acabar com os combustíveis fósseis, de forma rápida, justa, financiada, feminista, para sempre e fazer a transição justa e equitativa para energia 100% renovável.

Segundo vice-campeão - Austrália

A Austrália tem decepcionado seus amigos e vizinhos. O comitê de vigilância do bairro precisa de convocar uma reunião de emergência para discutir o estado do seu jardim. Para serem bons vizinhos e cumprirem as suas responsabilidades como parte da "Família do Pacífico", os nossos amigos devem tomar medidas agora para eliminar gradualmente os combustíveis fósseis e pagar pelas suas contribuições históricas e contínuas para a crise, contribuindo para o Fundo de Perdas e Danos. .

Anunciar contribuições escassas para o seu próprio Fundo de Resiliência do Pacífico e para o Fundo Verde para o Clima, ao mesmo tempo que subsidia a indústria do carvão e do gás no valor de BILHÕES todos os anos, não é o que um bom vizinho faz. Os 150 milhões de dólares australianos contidos no seu Pacote de Financiamento Climático do Pacífico são como esquecer de levar algumas cervejas para o churrasco do bairro. A ordem de valor da Austrália é evidente. Sendo o terceiro maior exportador de combustíveis fósseis, deve ser responsabilizado pelas suas ações. A crise climática está a ter consequências devastadoras na comunidade do Pacífico.

O Fóssil do Dia adora trazer leveza e humor aos espaços da UNFCCC, porém, não encontramos humor no próximo prêmio.

Fóssil do Dia - Israel

Sejamos claros: não há justiça climática sem direitos humanos. Não pode haver paz sem justiça. A apenas 2.500 quilómetros do local da COP28, as hostilidades em Gaza e

Israel criou um terrível sofrimento humano, destruição física e ambiental e traumas colectivos em Israel e no Território Palestino Ocupado.

A comunidade internacional tem a responsabilidade de usar toda a sua influência para evitar uma nova escalada e apoiar o fim desta crise. Ao longo dos anos, o conflito israelo-palestino resultou em inúmeras violações dos direitos humanos e teve um impacto profundo na vida de milhares de pessoas ao longo de gerações. De acordo com várias organizações de direitos humanos e relatórios das Nações Unidas, estas violações foram verdadeiramente devastadoras e continuam.

Todas as nações têm a responsabilidade de garantir que as leis internacionais sejam respeitadas e de travar o desastre humanitário que se desenrola em Gaza. Hoje, à medida que nos concentramos nos jovens e nas crianças, o contraste entre os gastos militares e a necessidade urgente de financiamento climático torna-se ainda mais acentuado.

Esta COP, que acontece neste cenário, é um lembrete claro da interligação entre a justiça climática, os direitos humanos e a necessidade de um compromisso global com a paz e a sustentabilidade.

Atribuímos o Fóssil do Dia a Israel em reconhecimento dos numerosos impactos que este conflito está a ter. Apoiamos aqueles que sofrem e temem pelos seus entes queridos e juntamo-nos ao apelo à paz e à segurança, onde os direitos de todos sejam respeitados sem distinção.

Cessar agora.

Want to talk about climate justice? Check out the Civil Society Climate Justice Hub

Find us in Blue Zone, B7, Building 88 ("Energy, Finance), top floor"

Check out our events schedule

